

## **PALAVRAS SOBRE A CHAMADA: POR QUE PRECISAMOS OLHAR PARA A AMÉRICA LATINA?**

Henrique Queiroz<sup>1</sup>

### I

Entender a realidade dos países latino americanos é tarefa árdua. Considerando não apenas as semelhanças e diferenças específicas entre estes países, não há como apresentá-los desconectados da economia capitalista mundial e seus interesses econômicos.

A administração, enquanto campo de um conhecimento parcelar, é majoritariamente a favor do capital, sendo uma área de difícil ponto de partida para uma exposição correta destes elementos. Isto não quer dizer que não haja esforços nesse sentido. A administração política, os estudos organizacionais, áreas da administração pública e outras vertentes críticas possuem excelentes nomes que conduzem pesquisas significativas e muito importantes, que enriquecem o debate e permitem avançar sobre os problemas efetivos pelos quais a humanidade passa.

O terreno mais seguro que permite extrair as contradições mais determinantes do atual modo de produção capitalista é a Economia Política, e sendo mais preciso, a Crítica da Economia Política. Partindo dela, é possível abordar elementos correlatos aos da administração como a base técnica da produção industrial e de serviços, a divisão do trabalho, a cisão entre planejamento e execução, a organização social e os problemas da coordenação do trabalho coletivo e cooperado (GUEDES, 2019), a disputa mercadológica na realização da venda de mercadorias, o gerenciamento contábil/financeiro e de investimentos empresariais, para além de suas acepções acríticas e apologéticas ao capital que, como saliento, é a forma dominante desta ciência parcelar e inclusive seu ponto de partida.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela UFJF. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora - campus Governador Valadares com atuação nas áreas de Administração, Administração Pública, Sociologia, Ciência Política, História e Crítica da Economia Política.

---

A Crítica da Economia Política nos permite admitir como ponto de partida a contradição central do capitalismo, que é a produção expansiva do valor assentada na cisão entre capital e trabalho. Dela se desdobram a produção do valor, a exploração da força de trabalho, a acumulação, concentração e centralização de capitais, os monopólios, a lucratividade, a produção de mercadorias, transporte, comercialização e venda, os bancos, os investimentos (público e privado), finanças, juros, crédito, as capacidades de intervenção do estado na economia, as crises sistêmicas, os limites de expansão do capital e a crise ambiental e climática e mais uma série de feixes categoriais que são inescapáveis, como as relações internacionais entre os estados-nação, o imperialismo, a divisão internacional do trabalho, a subordinação, a dependência, o desenvolvimento desigual e combinado dos países, e dos próprios blocos de países, na disputa econômica por melhores condições de acumulação dentro do circuito internacional de acumulação de capital, dentre outras inúmeras questões também importantes para o entendimento da totalidade na qual vivemos.

Dentro da lógica universal e globalizada que parte da expansão, acumulação e apropriação de valor de forma privada, a particularidade da realidade concreta destes países nos permite mediar tal contradição central através da história das lutas que se apresentam entre as classes sociais pela realização e materialização de suas ideias e projetos e na disputa pelo poder do estado que permita sua execução. É através desta mediação da classe que as singularidades individuais tem sua posição na apropriação da riqueza produzida socialmente, tomam consciência da realidade e encaminham suas lutas. Com posição, refere-se aqui aos fatores sociais determinantes para a liberdade concreta que a classe em si já determina: acesso à alimentação, educação, saúde, moradia, trabalho, arte, lazer e condições de vida em geral, ou seja, a posição na apropriação e participação da riqueza produzida pela humanidade. Dado os limites que o texto impõe, a passagem das lutas sociais será deixada em segundo plano nesta exposição, mas é parte essencial e inescapável do processo investigativo que se propõe à tentativa de compreensão dos encaminhamentos econômicos e políticos tomados por estes países.

---

## II

Para início das análises aqui colocadas como introdução aos textos deste Dossiê Temático da Revista Brasileira de Estudos Organizacionais é preciso então expor aquilo que é comum. Como ponto histórico de partida, a posição de colônia de exploração e dominação europeia (em especial a ibérica) é o que unifica nossas considerações iniciais. Esta posição deve ser lembrada em todo percurso, ou vias, de sua industrialização e a chegada ao sistema internacional do capital pela chamada globalização, pois considerada a dominação pelo ocidente, ela estará fatalmente atada ao sistema do capital ainda em gestação. Essa posição foi determinante na história de seu desenvolvimento e, em grande parte, de suas possibilidades de desenvolvimento autônomo. A história das lutas sociais em busca da independência representa bem estes movimentos iniciais em busca de uma separação e autonomia dos estados-nação do novo mundo. Entretanto, independência política não é igual a independência econômica e, portanto, os interesses materiais são os que se impõem e encaminham a resolução das contradições de classe.

Os países latino-americanos são aqueles marcados pela incapacidade de alcançar os mesmos níveis de avanço das forças produtivas que os países centrais e que não permitiu a participação social nos encaminhamentos decisórios nas instâncias políticas, ou seja, é marcada por uma burguesia local incapaz de se projetar autonomamente tanto econômica quanto politicamente, como nos casos clássicos do capitalismo. Para alguns, uma lumpemburguesia (FRANK, 1974). Em outros, uma autocracia burguesa incapaz de pensar para além dos seus próprios interesses mesquinhos e desenvolver a economia nacional de maneira econômica e socialmente integrada, tendo por isso uma industrialização atrofiada de baixa participação popular em suas instâncias decisórias no estado (CHASIN, 1978).

Latifúndio e expropriação, genocídio indígena, escravidão de povos africanos, dominação masculina (signo do Arcaico), Industrialização e Mercado Capitalista (signo da Modernização), Estado, Nação, Identidade e Integração Nacional, Dominação Externa, Revolução, Socialismo e Comunismo são temas candentes da época e que irão definir grande parte da discussão teórica

do pensamento social e da economia política destes países, sobre o efetivo movimento de sua passagem de uma sociedade marcadamente agrário-exportadora para industrial-urbana, assumindo plenamente as contradições inerentes ao capitalismo em geral, mas mantendo estas particularidades e, portanto, algumas de suas mais gravosas e antigas contradições. Anatomicamente marcada pela subordinação pelos países centrais, é historicamente dependente e associada aos ditames externos, incapaz de democratizar as decisões de sua comunidade e de alcançar os patamares de vida dos países subordinantes, superando sua posição subordinada no circuito internacional do capital.

Impossível desconsiderar, neste breve histórico, o papel que o domínio inglês deteve até o final do século XIX, sendo substituído posteriormente pelo imperialismo estadunidense. O imperialismo, por exemplo, marca disputas centrais no terreno econômico através da política e acordos comerciais, versando sobre a propriedade estatal ou privada das riquezas dos países, do desenvolvimento industrial autônomo e propriedade tecnológica, da superação dos problemas sociais, mas que foram direcionadas para a manutenção desta estrutura desigual dos elos do capital. Deteve papel importante nas dificuldades encontradas nas tentativas frustradas de industrialização no século XIX sob domínio inglês (LUZ, 1978), pontuando aqui a primeira diferenciação: não foi em todos países latino-americanos em que houve essa possibilidade concreta de industrialização (BAMBIRRA, 2013). Também os golpes da classe do capital, interno e externo, através de governos militares de cunho bonapartista (a expressão armada da autocracia), que ocorreram na metade do século XX, já sob domínio do imperialismo estadunidense e dos organismos internacionais multilaterais, num processo contra revolucionário preventivo (FERNANDES, 2006), pois oportunidades de superação das chagas históricas houveram, mas encaminhadas para a manutenção de subordinação e dependência.

Desta forma, a exploração da força de trabalho é mais intensa do que os países centrais (MARINI, 2000), derivada de relações pregressas da escravidão moderna, da dominação masculina e do extermínio social que não foram superadas, maneira pela qual estes países adentram ao capitalismo. A burguesia local compensa a drenagem externa de seus lucros pelas perdas nas trocas internacionais e mantém um nível de vida similar aos dos países avançados, com consumo de luxo ou suntuário, enquanto a classe trabalhadora é marcada pela história da exclusão econômica e política, representadas na fome, no desemprego, nas altas taxas de

---

violência (abertas e veladas) e das altas taxas de migração interna em busca de melhores condições de vida, gerando localidades com altas concentrações urbanas, mais exatamente nas regiões em que a industrialização se desenvolveu com maior consistência.

A chamada globalização representa a consolidação deste processo. A irresolução com a dominação das oligarquias agrárias no caso brasileiro e seu séquito de relações anacrônicas, por exemplo, se somou à irresolução com o regime militar e a anistia, com o inalcançado desenvolvimento industrial de ponta tecnológica e a superexploração da força de trabalho. A posição subordinada na divisão internacional do trabalho e incapacidade de desenvolvimento industrial de ponta foi a marca econômica da chegada de tais países, no momento em que os avanços técnico-científicos e produtivos estavam principalmente na disseminação da cibernética e da biotecnologia. Exatamente por este processo histórico de posição subordinada destes países, chegamos a esse ponto de não retorno da globalização sem participar autonomamente destes avanços e, portanto, sem condições de disputa contra as indústrias externas.

A consonância entre a mudança geopolítica de ordem neoliberal, a partir da crise de 70, modifica a organização social da produção coletiva, confluindo historicamente com a queda do bloco soviético e aqueles representantes políticos do capital que defendiam tais teses neoliberais se destacaram no processo político, apresentando um fluxo histórico que desmonta parte da estrutura industrial privada e, principalmente, da estrutura industrial estatal alcançada por aqueles países em que houve a possibilidade de industrialização, abrindo irresponsavelmente seus mercados para produtos mais baratos e de tecnologia superior e desmontando setores estratégicos das nações latino-americanas. A aplicação da austeridade fiscal, o início da desindustrialização (nos países em que ela aconteceu) e o desmonte do estado (terceirização e venda de ativos para privatização) são as marcas centrais da década da globalização nos países subordinados, enquanto nos países centrais já se avançava no desmonte das relações de trabalho, com o avanço da classe do capital retirando as conquistas históricas da classe trabalhadora e a rerepresentando à superexploração a que foram impressas no alvorecer do capital. É também o período da formação de novos blocos econômicos de integração supranacionais, como a União Europeia e o Mercosul por exemplo, mas também OTAN, APEC, SADC.

---

Aqui é o momento mais adequado para o destaque das diferenças entre países, centrando na capacidade de forças produtivas industriais adquiridas por alguns destes diferentes países, dada a impossibilidade de exposição das lutas sociais e seus encaminhamentos para maior compleição do quadro em tela. São estas diferenças as responsáveis pelas contradições mais manifestas e permite o começo do entrelaçamento destes feixes históricos, com as categorias da crítica da economia política, para a análise da atualidade de maneira a captar a totalidade destes elementos.

### III

Partindo das capacidades industriais adquiridas, é perceptível que há também uma desigualdade interna nos nexos destas economias. O Brasil, enquanto território de ordem continental, apresentava não só capacidades industriais superiores, como tem sua projeção econômica subordinante no espaço latino-americano, provocando uma série de novas questões, pois a particularidade dos países não permite entender a realidade destes como gradações inferiores em sua escala global, mas nexos desiguais de um procedimento universal capitalista mediado pelas particularidades nacionais que geram diferenças de ordem qualitativa (CHASIN, 2000). Sendo mais claro, nos remetemos aqui a uma importante questão: estas determinações materiais e históricas entre seus diferentes desenvolvimentos permitiram que se discutisse a possibilidade de que o país atuasse como um subimpério do capital (MARINI, 2013).

É importante analisar tal questão, ainda que rapidamente, pois é possível tentar encaminhar uma resposta provisória e limitada. A originalidade de tal proposição nos leva a complementar que o imperialismo age no circuito internacional do capital como uma forma de programa político econômico de dominação de seus interesses capitalistas, alicerçada nos monopólios e oligopólios pela fusão e aquisição de empresas (LENIN, 2011), sendo aqui necessário remeter novamente ao papel dos bancos e do sistema financeiro na materialização de tal centralização de capitais. Processo detectável até mesmo pela fusão e aquisição entre os próprios bancos, promovendo um sistema bancário incompleto para atender as demandas a pequena e média burguesia e que extorque a classe trabalhadora. Isto provoca uma série de desigualdades nas capacidades de integração econômica, sem contar a desindustrialização provocada por essas capacidades em diferentes qualidades internas. A proposta de capital-

---

imperialismo (FONTES, 2010) talvez aponte para uma determinação mais adequada destes movimentos.

Da globalização até hoje, a crise de escolhas representativas se deu no esgotamento do modelo da década de 90 e, na virada do milênio, tivemos a chegada de um ciclo de governos progressistas na região. Apesar da já iniciada desindustrialização nos países em que ela pôde ser desenvolvida, ela se aprofunda com uma retomada cíclica de acumulação altamente dependente de seus recursos naturais, o conhecido ciclo das *commodities*, impulsionado principalmente pela fúria expansiva do capital chinês e dos mercados asiáticos. Nestes governos, limitados avanços não estruturantes foram feitos, diminuindo as chagas carregadas em sua história, mas nunca as resolvendo e superando. Prova de tal incapacidade foi o completo desmonte de suas políticas governamentais no ciclo de golpes, que podem ser objeto de investigação sistemática que traga à tona seus nexos com o imperialismo estadunidense e organismos multilaterais e o ataque interno realizado em conluio com a burocracia estatal e empresas privadas, que novamente se desenvolve no cone sul após a crise financeira de 2008. Fechando este argumento, resalto novamente as diferenças de qualidade tecnológica, produtiva, financeira, comercial e política de tais imperialismos e não graus hierárquicos no circuito internacional de acumulação.

Esta crise irá apresentar seus efeitos também de forma desigual e combinada. A estratégia de enfrentamento adotada foi diferente pelas determinações diferentes apontadas. Subsídios e apoios financeiros foram amplamente voltados ao capital, mas em grande parte ignorada nos efeitos sentidos pela classe que vive do trabalho. Enquanto de um lado o salvamento de bancos e empresas oligopolísticas ou monopolísticas dragaram fundos públicos da classe trabalhadora pelo mundo todo, de outro compensados pela política anticíclica do período, incluindo o fator tamanho de seus mercados internos para vazão de produtos industriais subsidiados internamente. Tal política teve seus limites quando as taxas de acumulação não retomam patamares satisfatórios anterior à crise, podendo ser analisado como uma longa depressão e retomada desde seu processo inicial. Várias lutas ocorrem no período de maior prestígio internacional do Brasil no mundo, apesar de sua elogiada capacidade de atuação anticíclica diante do severo impacto em outras economias, mas ressalte-se, feita pelos mesmos organismos internacionais atuantes do imperialismo, demonstrando a desconexão entre os reais



---

interesses econômicos, financeiros e empresariais, com a do mercado de trabalho e qualidade de vida da classe trabalhadora.

É no rescaldo da crise de 2008 que o imperialismo atua de modo a desestruturar as capacidades que ainda se mantinham de projeção internacional nas economias latino-americanas, mesmo após seu severo processo de desindustrialização. Isto demonstra que a participação e o papel das economias latino-americanas na economia mundial são vistos pelo imperialismo estadunidense como sempre o foram: apenas seu quintal de estimação e drenagem de riquezas, podendo interferir livremente em suas políticas internas sem que haja nenhuma reação à altura capaz de barrar tais violências entre nações. Também demonstra que as diferenças entre as ações de cunho imperialista das nações subordinadas, que são econômica e politicamente atacadas de modo a direcionar seu desenvolvimento interno aos interesses econômicos de fora.

Entre os setores em que há maior desenvoltura e pujança, destacamos primeiro o automobilístico, por materializar oligopólios internacionais não pertencentes aos próprios países em que se instalam, mas que possuem, pelo volume de capitais envolvidos, um grande poder político de influência e, principalmente, a influência de ordem econômica como a proteção do setor pelo governo com financiamentos diferenciados, taxas aduaneiras, exigência de tecnologias nacionais, disputa e desenvolvimento de propriedades e patentes, número de postos de trabalho diretos e indiretos envolvidos, tamanho do mercado consumidor dentre outros. Essas desigualdades entre os países irão gerar inúmeras dificuldades de concretização de consensos que permitam uma integração plena e desenvolvimento mútuo entre os países do bloco. O caso em pauta avalia principalmente os conflitos entre Brasil e Argentina no setor pelas diferenças monetárias e disparidades de poder de compra e negociação que afetam negativamente nos mercados argentinos e brasileiros, principalmente porque suas cadeias produtivas e mercados consumidores dependem de suas condições econômicas e sociais em cada país. Estas diferentes ordens de disparidades agem como contratendências na efetivação de relações produtivas e comerciais mais integradas pela região. O resultado mais recente foi a debandada de empresas automobilísticas para a Argentina, em detrimento do Brasil.



Outro exemplo importante se encontra no setor de extração e beneficiamento do petróleo, motivo de várias guerras, invasões, conflitos e opressões pela disputa de tal recurso estratégico para os motores de combustão interna, para o complexo industrial-militar e a produção e reprodução da vida humana como a conhecemos associado a ele. Recurso que sua disputa se comprovou pelo imperialismo estadunidense como uma das mais importantes questões que resultaram nos conflitos até 54, mas que não impediram o golpe em 64. Mais recentemente, a comprovação de espionagem industrial que antecedeu a tentativa de assassinato econômico da Petrobras e de todo o setor de sua cadeia produtiva, orientada por sabujos associados subalternamente aos interesses estadunidenses dentro e fora da burocracia de estado e por agências governamentais externas. Outra foi a consequência na Venezuela, por motivos diferentes de princípios e posturas governamentais e ideológicas.

Um último exemplo na mesma linha, mas focado para a realidade brasileira, está o setor de construção civil. A habitação, enquanto mercadoria, é alvo de especulação imobiliária e se conecta a expropriações de várias ordens, desde a posse de terras urbanas e rurais à grande volume de recursos naturais. O setor permitiu a criação de uma cadeia complexa na qual permitiu a formação de enormes empresas nacionais, que também foram alvo do imperialismo, desestruturando seus principais oligopólios que tinham condição de atuar internacionalmente e conseguiam aplicar, de maneira subalterna, uma drenagem própria de lucros externos, ainda que a nação não tenha interrompido a drenagem geral dos capitais dos países centrais.

O resultado foi a desestruturação econômica do país com uma crise real de acumulação interna, mas com sua exacerbação e descontrole interna e externamente fabricada. As chamadas jornalísticas representavam tal situação, pois suas aberturas de matérias sempre entoavam o cântico: “apesar da crise” e apresentava alguma conquista de algum setor nacional privado ou estatal e até mesmo o acerto de políticas públicas adequadas ao capital e trabalho, que não reestruturaram a economia e as desiguais relações entre capital e trabalho, mas contra agiam no curto prazo sobre as quedas nas taxas de lucro.

Os efeitos da dispersão cibernética foram essenciais e detiveram um papel crucial, pela tecnologia da informação, na influência política interna dos países, permitindo a confluência no Brasil entre o irracionalismo teórico e até lógico, liberalismo ultra exacerbado, militares em

---

cargos políticos centrais, bancadas políticas do setor extrativo de riquezas, da agropecuária latifundiária de *commodities*, da liberação das armas e milícias, setores regressivos de mercadores da fé alheia e até mesmo setores nazifascistas europeus e estadunidenses.

O quadro apresentado aborda apenas a economia, sendo impossível demonstrar a decadência ideológica e teórica que informa todo o quadro intelectual dos gestores políticos e econômicos do capital (JORGE, 2019). Mas com efeitos diferentes. Em determinadas regiões chega-se, através de um golpe e a instalação de um governo de transição que reestrutura as relações entre capital e trabalho e o financiamento de políticas públicas por duas décadas em apenas dois anos, à uma proposta de ultraliberalismo com regressões civilizatórias não resolvidas do quadro gestacional desde a colônia, império até a instalação da autocracia burguesa, entremeada de golpes bonapartistas (sua expressão armada), representando um cadinho em que se encontram e se misturam o preconceito e o extermínio direto da classe trabalhadora nacional que atinge jovens, a população negra, mulheres, predominantemente nas periferias, a destruição das florestas e povos tradicionais, dos conhecimentos dos povos originários desta terra e que produzirão efeitos nocivos de longo prazo na percepção e recepção externa da cultura brasileira no mundo e de seus cidadãos, o chamado *soft-power*. Em outras um liberalismo ilustrado e capaz de dar andamento à subordinação internacional de maneira mais amena e aparentemente menos profunda e radical e, por último, o retorno do progressismo na Argentina.

A pandemia coloca em teste os avanços biotecnológicos promovidos pela conquista científica, mas ao mesmo tempo esclarece: não há plano de contingência para o capital e sua lógica irracional e irrestrita de acumulação ao infinito. O capital não pode parar ou se dissolve no ar. É também um fator imponderável que coloca sob escrutínio e faz emergir os reais caracteres das posições de ordem política a favor ou para além do capital. Servirá como um duro teste sobre a capacidade de materialização do pensamento ultra e neoliberal que se instalou recentemente ao poder no cone-sul, guindado pelo imperialismo e a burguesia decadente e retrógrada destas nações; exemplo de tais relações são as lutas sociais que emergiram no contexto recente como a reascensão dos movimentos trabalhadores negro, feminino, pelo reconhecimento de direitos de gênero e identidade, dos trabalhadores desregulamentados e sem

proteção contra o assédio do capital, no campo e na cidade, que só podem se unificar a partir daquilo que os conecta em suas diferentes dimensões: a classe social.

Em apenas um dos casos, dentre todos estes na América Latina, foi possível perceber que o governo instalado se sustentou, apesar do assédio do imperialismo e organismos internacionais. Enquanto isto, nos países de capitalismo central se abrem novas fronteiras técnico-científicas que irão impactar profundamente a ordem econômica, política e social, como a disseminação da robotização, da inteligência artificial, da tecnologia 5G, da internet das coisas e, novamente, a América Latina está fora da produção desta nova ponta tecnológica, sempre em desajuste e atraso, subordinando estrutural e sub-repticiamente suas economias e populações aos interesses externos.

## REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- CHASIN, José. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André: Ad Hominem, 2000
- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FRANK, Andre Gunder. *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*. México D. F.: Serie Popular Era, 1974.
- GUEDES, Leandro Theodoro. *O desenvolvimento da grande indústria nos setores têxtil, químico e mecânico no Brasil*. Dissertação de Mestrado (Administração). Juiz de Fora: UFJF, 2019, 224 f.
- JORGE, Thiago Martins. *Gestores do capital e a crise econômica brasileira (2009-2018)*. Dissertação de Mestrado (Administração). Juiz de Fora: UFJF, 2019, 148 f.
- LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: Navegando, 2011.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1978.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.